

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007903-98.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Pedro Leal da Silva**
 Requerido: **Financeira Itau Cbd Sociedade Anonima Cred Financ**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

PEDRO LEAL DA SILVA ajuizou Ação de **INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS c.c OBRIGAÇÃO DE FAZER c.c DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO e ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **FINANCEIRA ITAÚ CBD SOCIEDADE ANONIMA CRED FINANC.**, todos devidamente qualificados.

O requerente alega que no mês de fevereiro de 2015 tentou realizar um empréstimo para saldar dívidas com uma financeira, porém deparou-se com a impossibilidade ante ao fato de seu nome constar negativado por solicitação da instituição financeira, ora ré e outras pendências que já estão sendo objeto de ação judicial. Trata-se de um contrato nº 0019172477420000 avençado no importe de R\$ 424,03 com vencimento na data de 09/01/2015. Não avençou contrato com a instituição financeira requerida por força de sua condição de desempregado. Requereu a antecipação da tutela a fim de ver seu nome retirado dos cadastros de mal pagadores, a procedência da ação declarando a inexistência do débito e a condenação da parte requerida ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 08/18.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Deferida antecipação da tutela em termos e expedido ofícios aos órgãos de proteção ao crédito à fls. 19/20. Ofícios recebidos às fls. 28/32.

Devidamente citada a instituição financeira requerida apresentou contestação alegando que existe vínculo contratual entre as partes provado pelos documentos juntados, com a assinatura do autor, não havendo que se falar em indenização, já que a ora contestante não agiu de forma ilícita. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 85/104.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 123. A instituição requerida manifestou interesse em depoimento pessoal à fls. 130/131 e o autor se manifestou à fls. 135/139.

Diante do despacho de fls. 140, o autor peticionou informando desconhecer o contrato juntado a fls. 65/70 dos autos e requerendo o julgamento da lide no estado em que se encontra.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a lide por entender completa a cognição e pelo fato de que o próprio autor requereu o julgamento antecipado.

O autor ingressou em juízo pedindo a declaração da inexistência do débito que justificou a inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito e indenização pelos danos morais sofridos,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

argumentando que não contratou com a ré.

Ocorre que a ré juntou cópias do contrato firmado entre as partes e dos documentos apresentados quando da contratação (cf. fls. 65/70).

As assinaturas lançadas no aludido contrato (fls. 66) e no documento de identidade juntado pelo próprio autor (cf. fls. 10) são (a olho desarmado) iguais, caindo por terra o singelo argumento do autor de “desconhecer” o contrato (fls. 141).

Ademais, a documentação exibida a fls 45/55 indica que o cartão **foi efetivamente utilizado por 18 meses**.

Logo, imbuída de estrita legalidade, diante do inadimplemento contratual, a ré promoveu a negatificação do nome do autor no exercício regular do direito.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial, condenando o autor nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00, observando-se o disposto no artigo 98 do NCPC.

P.R.I.

São Carlos, 06 de abril de 2016.

1007903-98.2015.8.26.0566 - lauda 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**